



Caderno de Provas

CPJUS 08 – NS

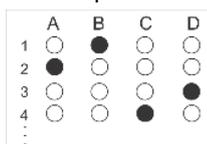
**PROFESSOR PARA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
(SRM) – ZONAS URBANA / ZONA RURAL**

**Editais Nº. 001/2023 –
Prefeitura Municipal de Junco do Seridó/PB**

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Didática	5 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA SUPERIOR

As questões de 01 a 06 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 01

“Eles não são mais índios...”

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

Por Maria Luiza Santos Soares,
jornalista e mestre em comunicação.

“Eles não são mais índios... eles perderam a sua cultura”. Esta frase recorrente no seio da sociedade brasileira faz parte de uma herança, cuja origem remonta à descoberta do Novo Mundo pelos navegadores portugueses e espanhóis. Desde então, a ideia acerca dos povos indígenas vem sendo construída através de um olhar nostálgico, reservando-lhes um lugar que não cabe no espaço contemporâneo. Este estranhamento, no entanto, foi construído historicamente, desde os primeiros relatos dos colonizadores, passando pelos escritos iluministas de Rousseau, Rotherdan e Morus, pela literatura romântica brasileira do século XIX, aos dias de hoje.

Por isso ainda é comum a ironia diante de um indígena utilizando um automóvel do ano, um celular, ou um computador. Esta visão também bebeu na fonte de textos bíblicos, como se os povos ameríndios fossem os verdadeiros habitantes do Éden, mantendo fora da história tudo que estivesse relacionado com eles. Não é por nada que demarcação das terras indígenas atíça setores da elite com o mesmo discurso “muita terra para pouco índio”.

“Que índio é este, vestido com roupas de branco?” É o que dizem muitas pessoas ao encontrarem famílias Kaingang e Guarani vendendo seu artesanato no Brique da Redenção aos domingos em Porto Alegre. De todos os absurdos que podem ser atribuídos a eles, este certamente é o mais cruel. Não são mais índios por quê? Por que perderam sua cultura? Por que não passeiam em trajes típicos neste paraíso tão almejado pelos conquistadores lá nos mil e quinhentos?

E o que significa ser indígena? Ao consideramos que, originariamente, os povos que aqui se desenvolveram estavam intimamente ligados ao meio ambiente, a crueldade aumenta ainda mais. No Rio Grande do Sul, cada etnia vivia em um determinado ecossistema. Enquanto alguns grupos habitavam os campos, Charruas e os Minuanos, os Guarani viviam na Mata Atlântica e os Kaingang, no Planalto Meridional – cada qual dispoendo dos recursos naturais à sua volta. Mais de que um bioma em si, não se tratava apenas de uma questão de sustentabilidade material. Existia uma raiz cultural na relação com o espaço que ocupavam. Eles desconheciam a terra como propriedade privada. Seu valor não era o do mercado. Para os povos originários, a terra tem um caráter místico e cosmológico, por isso nenhum lugar é igual a outro. Pela mesma razão, estão reunidos hoje em Brasília no Acampamento Terra Livre. Querem suas terras ancestrais e o direito de continuarem sendo indígenas, preconizado pela Constituição brasileira – Aliás, direito ainda hoje questionado pelas elites conservadoras e seu governo despótico, interessados no que há acima e abaixo das terras indígenas.

A dita “perda da cultura”, portanto, está ligada à invasão de suas terras. Como realizar todos os rituais das diferentes etnias sem os elementos da natureza que deram origem às suas crenças e costumes? Por isso fica difícil entender por que, no Rio Grande do Sul, estado onde prevalecem culturas estrangeiras preservadas até hoje, não se respeita a cultura originária. Talvez, no fundo, seja mesmo uma profunda dificuldade de uns se colocarem no lugar de outros.

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, que “a diversidade deve ser salva”, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores. Ao valorizar somente seu passado, repete-se o mesmo equívoco: o de estacionar nosso imaginário naquele tempo passado, fixado na ideia de preservação de uma cultura, como se ela fosse inexorável. Tudo muda e tudo flui, como bem nos ensinou Heráclito.

Darcy Ribeiro em “O índio e a civilização” (1970) mostrou que a interação dos indígenas com a sociedade brasileira os levou de uma condição de índios-tribais à de índios genéricos. Portanto, não é por nada que o preconceito persiste – há 308 etnias no Brasil atual, sendo que, no Rio Grande do Sul, além dos Guarani e dos Kaingang, ainda estão os remanescentes dos Xoklen e dos Charrua. Segundo ele, o avanço sobre os territórios indígenas era quase impossível frente à discriminação racial e os interesses que estavam em jogo: culturas indígenas diante do desenvolvimento econômico do país.

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da “civilização” sobre suas terras. Foi por ela que os povos indígenas foram usurpados de seu modo de vida tradicional. Foi por ela que tiveram sua população reduzida por várias décadas, e foi por ela que jamais deixaram de lutar. No entanto, o “eles não são mais índios” persiste no imaginário.

Sedimentada numa gama de saberes que se reproduziram na ação daqueles encarregados de reger as normas para a colônia, as populações indígenas enfrentaram desde então as diferentes ações de linhagem imperialista: desde as feitorias, passando pelas missões religiosas, aldeamentos, até a tutela, que só deixou de existir, pelo menos na forma da lei, com a Constituição de 1988.

Em 1680, a coroa Portuguesa concede às missões religiosas, principalmente aos jesuítas, a administração dos indígenas, através do Regimento das Missões, onde estava explícito que transformar os índios em cristãos era o mesmo que torná-los vassalos do Rei de Portugal. Embora não constasse no Regimento, o extermínio de grandes populações indígenas foi enorme, bem como sua escravização. Os aldeamentos iniciaram-se com as missões jesuíticas, através da transferência de etnias inteiras sob o pretexto de novas almas para a Igreja.

Em 1755, o Diretório Pombalino, muitas vezes ainda saudado por promover a liberdade dos índios, deu aos povos indígenas o direito de escolherem a quem serviriam. Pombal na verdade estava preocupado com o avanço do poder dos jesuítas sobre as populações nativas, e pretendia ocupar o território. Assim, as aldeias transformaram-se em vilas. Os indígenas não seriam mais convertidos à religião, mas à civilização, à cultura e ao comércio dos brancos.

O Diretório Pombalino previa a miscigenação, através do casamento de homens brancos com mulheres indígenas, proibindo a língua geral nas escolas indígenas e incentivava o trabalho e o comércio entre eles. Desta forma, inaugurava-se a retórica da civilização, que vai perdurar até início do século XIX. O termo civilizado vem servindo de desculpa para suas mais perversas ações contra os povos indígenas, e acabou virando sinônimo, inclusive para os indígenas, de homem branco.

Os tempos que sucedem o fim da II Guerra Mundial vão refletir nas ciências sociais buscando respostas contra as atrocidades. Novos horizontes iluminaram a Antropologia Social. Neste contexto, trabalhos dos etnólogos ligados ao Serviço de Proteção ao Índio passarão a ser orientados por estes ares, que em termos mundiais, são determinados pela Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho, da ONU, em 1948. Ela vai pregar a autodeterminação dos povos indígenas, ao decretar que as terras ocupadas por eles devem suprir-lhes o sustento de acordo com sua cultura, formando, ainda que de forma embrionária, uma resistência à fúria desenvolvimentista que invadia as terras novas do Brasil.

As práticas do Serviço de Proteção ao Índio, e mais tarde da Funai que viria a substituí-lo em 1967, porém, não acompanhariam oficialmente a emancipação das comunidades indígenas, tutelando-as legalmente, até a Constituição de 88. Além disso, o Estado brasileiro teve muita dificuldade de implementar políticas públicas fundadas na riqueza cultural destes povos, para se contrapor à ideia desenvolvimentista que não acolhe a diversidade. E o mais cruel ainda é perceber que muitas vezes os setores que negam a indianidade de nossos povos originários são os mesmo que querem plantar soja ou minerar em suas terras.

Então, cara pálida, quem não é mais índio?

Adaptado de <https://www.brasildefatores.com.br/2022/04/18/artigo-eles-nao-sao-mais-indios>
Acesso em: 01 abr. 2023.

01. O uso das aspas no título do texto indica:

- A) A presença de uma citação direta que revela o pensamento da autora sobre os povos originários.
- B) A presença de uma citação direta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários
- C) A presença de uma citação indireta, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.
- D) A presença de uma ilha textual, isentando a autora da responsabilidade sobre essa forma de referência aos povos originários.

02. No jargão jornalístico, o olho é uma frase destacada geralmente pelo editor-chefe, que aparece sob o título ou no conjunto da página. É correto afirmar sobre o trecho:

A possibilidade de uma vida indígena foi cada vez mais dificultada, dado o avanço da 'civilização' sobre suas terras

- A) O olho coloca em destaque a ideia central do texto.
- B) O olho coloca em destaque o argumento mais forte do texto.
- C) O olho dá relevância à opinião dos próprios indígenas sobre questões identitárias.
- D) O olho dá relevância às opiniões de terceiros, refletindo o imaginário coletivo sobre o indígena.

03. Quanto à **intenção comunicativa**, o Texto 01 visa

- A) apresentar as dificuldades da vida indígena, face ao avanço da civilização sobre as suas terras.
- B) mostrar o protagonismo e os avanços indígenas desde a chegada dos colonizadores.
- C) discutir a demarcação de terra no Brasil com todos os setores econômicos envolvidos
- D) expor diferentes pontos de vista de autores sobre a cultura indígena, isentando a opinião da autora.

04. O gênero textual e a sequência textual dominante estão corretamente especificados na alternativa:

- A) Artigo com predominância da sequência expositiva.
- B) Artigo de opinião com predominância da sequência argumentativa.
- C) Crônica com predominância da sequência narrativa.
- D) Crônica com predominância da sequência argumentativa.

05. A respeito da oração subordinada destacada no 6º parágrafo do texto

O antropólogo Claude Lévi-Strauss revelou às Nações Unidas, por meio de um discurso proferido em 1959, **que “a diversidade deve ser salva”**, sugerindo que não se pode mais enxergar o indígena com os olhos dos conquistadores.

- A) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva apositiva.
- C) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- D) o conectivo QUE introduz uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

06. O trecho “No entanto, o [Ø] ‘eles não são mais índios’” (8º parágrafo) contém a elipse de uma palavra especificada na alternativa:

- A) Avanço.
- B) Indígena.
- C) Imaginário.
- D) Pensamento.

As questões 07 e 08 referem-se à charge abaixo.

TEXTO 02



Disponível em: <http://gilmaronline.blogspot.com/2018/04/charge-indigenas.html>
Acesso em 01. abr. 2023.

07. O uso do ponto final na primeira frase

- A) encerra uma afirmação não confirmada pela História.
- B) encerra uma declaração sobre o processo de mestiçagem na formação do Brasil.
- C) encerra uma declaração que põe em dúvida o processo de mestiçagem no Brasil.
- D) encerra com uma pausa breve para, em seguida, encadear um esclarecimento com elementos da enumeração.

08. Criada para ilustrar críticas relacionadas às notícias veiculadas em cada edição do jornal, a charge é um gênero textual que exige dos leitores conhecimento de mundo, por estar ligada ao contexto. Além disso, também requer conhecimento linguístico, para que sejam acessadas as informações implícitas.

Quanto à mensagem implícita na charge, é coerente afirmar que

- A) não há marcas de pressuposto na charge.
- B) o uso de pressupostos na segunda frase revela um problema econômico evidente no Brasil.
- C) na segunda frase, o trabalho com subentendido detalha objetivamente os três grupos da população brasileira envolvidos com a causa indígena.
- D) a generalização na primeira frase é desfeita, quando o personagem revela uma parcela da população que sofre violência direta, enquanto as demais não se percebem descendentes indígenas.

As questões 9 e 10 referem-se ao texto abaixo.

TEXTO 03

Quem é Hipólita Jacinta, a primeira mulher a fazer parte do Panteão da Inconfidência em Ouro Preto?

Por Christiano Borges,
jornalista do G1.

Hoje, cerca de 230 anos depois da Inconfidência Mineira, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo terá finalmente o reconhecimento merecido e negligenciado por livros, registros e documentos - não despropositadamente - que ignoraram a decisiva participação da destemida fazendeira mineira no movimento que queria libertar Minas Gerais da Coroa Portuguesa.

Segundo aponta a historiadora Heloísa Starling, **naquela época**, "Hipólita foi personagem de grande importância na Conjuração Mineira, ao colaborar para a comunicação entre os inconfidentes, além de financiar algumas das ações do movimento, já ela que detinha grande riqueza, e disponibilizar sua residência, a Fazenda Ponta do Morro, para encontros e reuniões dos mesmos".

Hipólita será a primeira mulher a ter uma lápide no Panteão do Inconfidentes, em Ouro Preto, na Região Central de Minas Gerais. Uma cerimônia de homenagem acontece **neste sábado** (29) no Museu da Inconfidência. O papel desempenhado por Hipólita na Conjuração Mineira, outro nome do movimento, também será debatido.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/04/29/quem-e-hipolita-jacinta-a-primeira-mulher-a-fazer-parte-do-panteao-da-inconfidencia-em-ouro-preto.ghtml>
Acesso em: 29 abr. 2023.

09. Pensando sobre a temática abordada, a opção que contém uma afirmação correta sobre o texto é:

- A) O vocábulo **cerimônia** é um hiperônimo de **museu**.
- B) O uso do vocábulo **ela** (Linha 3 do segundo parágrafo) evidencia um caso de catáfora.
- C) Os substantivos **livros**, **registros** e **documentos** evidenciam o emprego de repetição lexical.
- D) As expressões **Inconfidência Mineira** e **Conjuração Mineira** são exemplos de emprego de sinonímia, já que mantêm equivalência de significado, dentro de um mesmo campo lexical.

10. Os termos destacados em negrito colaboram para o encadeamento das ideias, através de elementos coesivos. Marque a opção de resposta que contém a nomeação correta para o tipo utilizado no texto:

- A) Campo lexical.
- B) Sequenciadores de tempo.
- C) Sequenciadores de espaço.
- D) Ordenadores das informações textuais.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – DIDÁTICA

11. No exercício da docência, para desenvolver a função didática, o professor é responsável pelo planejamento e pela organização, direção e avaliação das atividades do processo de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, Libâneo (1994) considera a aula como forma predominante do processo de ensinar e de aprender. São elementos conceituais do plano de aula:
- A) estrutura didática; temática; objetivo; conteúdos programáticos; estratégias e recursos didáticos; duração; e referências.
 - B) horários de aulas; justificativa da disciplina; objetivos gerais e específicos; conteúdos; tempo; metodologias e avaliação.
 - C) livros didáticos; atividades complementares; calendário de aulas; instrumentos de avaliação; e materiais didáticos.
 - D) objetivos gerais e específicos; conteúdos; trabalhos em grupo e individual; duração; e referências.
12. As abordagens acerca do papel da Didática na ação educativa escolar estão conectadas às tendências pedagógicas. No contexto educacional brasileiro, destacam-se as abordagens liberal e progressista do trabalho pedagógico. Em uma das tendências que integra a vertente progressista, o professor assume o papel de mediador, e o conteúdo deve ser vivo e indissociável da realidade, sendo utilizado, pelos estudantes, como instrumento para compreender essa realidade e transformá-la (LIBANEO, 2006). A tendência pedagógica descrita refere-se à tendência
- A) Crítico-social dos conteúdos.
 - B) Libertadora.
 - C) Libertária.
 - D) Pedagogia Renovada.
13. Em relação à organização da Educação Básica Nacional preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), destaca-se a avaliação do processo de ensino e de aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio. No Art. 24, na supracitada Lei, a verificação do rendimento escolar observará os critérios listados nos itens a seguir.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">I. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com a equivalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finaisII. possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;III. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;IV. aproveitamento de estudos concluídos com êxito;V. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência ao final do período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos. |
|---|

Estão corretos os itens

- A) I, II e III.
- B) I, II e V.
- C) II, III e IV.
- D) III, IV e V.

14. O currículo escolar é parte integrante do Projeto Político e Pedagógico da Escola, documento normativo que contém todas as atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo, compartilhado com toda a comunidade escolar. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) recomenda que
- A) os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
 - B) os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como módulos de ensino, articulados metodologicamente, a área das Ciências Humanas e aplicadas.
 - C) os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito do currículo escolar, restrito às áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.
 - D) a sequência do currículo seja preservada nos estabelecimentos de ensino que adotam a progressão regular por série; no entanto, as escolas que adotam a progressão parcial devem possuir um currículo próprio e diferenciado por aluno e série.
15. O Ensino Híbrido conecta experiências on-line e off-line em busca de nexos entre os ambientes virtual e presencial, expandindo os limites temporais e espaciais da sala de aula tradicional. Baseado na ideia de que cada estudante é singular e aprende de forma distinta, o Ensino Híbrido tem como finalidade a produção de diferentes experiências de aprendizado que respeitam as individualidades de cada estudante (BACICH, NETO e TREVISANI, 2015). Essa descrição refere-se à presença do ensino híbrido no processo formativo e de otimização do espaço escolar por meio
- A) de autonomia didática do professor.
 - B) da personalização do ensino.
 - C) de portfólio individual e especializado.
 - D) da tecnologia da informação na educação.

**QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – PROFESSOR PARA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCAIONAIS (SRM) – ZONAS URBANA / ZONA RURAL**

16. O pensador Comenius, em pleno século XVI, já defendia uma escola para todos; contudo, somente nas últimas décadas da nossa contemporaneidade, a inclusão se materializou na forma da Lei, e, hoje, a proclamamos como um direito de acesso e permanência nos ambientes sociais. Nesse sentido, é correto afirmar que a inclusão
- A) consiste na igualdade de oportunidades, apenas, para as pessoas com deficiência ou transtornos de aprendizagem, pois essas pessoas têm o direito de desfrutar dos diversos ambientes sociais, conforme Lei nº 9.394/96.
 - B) é um processo pelo qual o grupo de pessoas com necessidades específicas é conduzidos por adaptações, especialmente no âmbito físico, como forma de exercício pleno de cidadania em atenção ao Estatuto da Pessoa com Deficiência.
 - C) permite à instituição pública, seja ela educacional ou não, utilizar um conjunto de recomendações científicas e técnicas que delimitam os espaços, e/ou papéis sociais, que as pessoas com alguma deficiência ou transtorno possam acessar ou mesmo assumir.
 - D) representa uma mudança na mentalidade e nos valores escolares, pois, subjacente à sua filosofia, está o estudante para o qual se oferece o que é necessário, celebrando assim, a diversidade.
17. A defesa de uma educação de qualidade para todos proporcionou a realização de conferências mundiais, das quais resultaram recomendações, cuja finalidade reside no esboço de ações efetivas que promovessem a inclusão no contexto do mundo globalizado. Nesse sentido é correto afirmar que a Declaração de Salamanca
- A) é decorrente da reunião realizada em 1994, na Espanha, com a presença de 87 países. Nela defende-se, como princípio, a escola aberta a todos os educandos, sendo espaço de acolhimento de todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras.
 - B) foi fruto da reunião realizada na Tailândia, no ano de 1990, sob a gerência do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). Tem como princípio básico a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e o enfoque na expansão da educação para todos.
 - C) resultou da reunião do Comitê Regional Intragovernamental Mundial de Educação da ONU, durante o ano de 1994, e apresentou como princípio básico a educação como um bem de consumo e, por isso, todos devem ter acesso a ela.
 - D) surgiu como resultado da Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos impedidos, na Espanha, em 1990, e definiu, no calendário mundial, o mês de setembro como o período para as campanhas de sensibilização ao acolhimento escolar das pessoas com deficiência.
18. Considerando o que preceitua a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, é correto afirmar que:
- A) a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante, sendo considerados, unicamente vulneráveis, as crianças com deficiência.
 - B) é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
 - C) é dever do Estado ofertar educação bilíngue em escolas regulares e classes bilíngues em escolas inclusivas, sendo a língua portuguesa escrita como primeira língua e, em Libras como segunda língua.
 - D) em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, a pessoa com deficiência será tratada em igualdade em relação aos demais, devendo o poder público adotar medidas comuns para sua proteção e segurança.

19. Na Legislação brasileira correlata a inclusão (Lei nº 10.098/2000), temos o conceito de barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. As barreiras arquitetônicas referem-se as existentes
- A) nos edifícios públicos e privados.
 - B) nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
 - C) nas vias públicas e nos sistemas e meios de transportes.
 - D) nos obstáculos, atitudes ou comportamentos que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens.
20. O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Sendo assim, a Educação Especial, no contexto da legislação brasileira, é concebida como
- A) estratégia da educação escolar.
 - B) etapa formativa na educação básica.
 - C) modalidade da educação escolar.
 - D) nível de ensino na educação básica.
21. Com base na Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN e na Resolução CNE/CEB Nº 2/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, analise a situação descrita:

Estudante 'A', com grave deficiência mental ou múltipla, cursou o Ensino Fundamental na Escola Municipal das Laranjeiras em JUNCO/PB. Neste nível da Educação Básica, considerando a temporalidade, as intervenções pedagógicas, o apoio os resultados obtidos, ele permaneceu por 15 anos. O estudante "A" encontra-se atualmente com 20 anos de idade e verificou-se, diante dos registros das adequações curriculares e dos relatórios de aprendizagens referentes ao processo formativo do referido estudante, que foram esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, bem como as questões previstas no Inciso I do Artigo 32 da supracitada Lei, e diante dos resultados obtidos, o referido estudante foi certificado e se deu a conclusão de escolaridade no Ensino Fundamental, com a emissão do histórico escolar em que apresenta, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional.

A situação descrita expõe os procedimentos e registros escolares com relação a vida escolar do **Estudante "A"** no Ensino Fundamental na Escola Municipal de Laranjeiras, Junco/PB. A efetivação da conclusão desse nível de ensino e a expedição do histórico escolar apoia-se na definição e aplicação da

- A) certificação parcial de conhecimentos por competências.
- B) terminalidade assistiva.
- C) terminalidade específica.
- D) certificação de conhecimentos em banca de exames supletivos.

22. De acordo com o art. 6º, da Resolução CNE/CEB nº 02/2001, para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:
- A) a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais.
 - B) o setor responsável pela educação especial, independente do respectivo sistema educativo.
 - C) a experiência de uma psicopedagoga e de um profissional dos serviços de Saúde para elaboração do laudo pedagógico.
 - D) o setor responsável pela educação especial independente e, ao mesmo tempo, interligado a Assistência Social e ao Trabalho com fins a inclusão integral do educando.

23. Leia a definição contida no fragmento textual:

A pessoa possui um conjunto de sintomas como alterações no comportamento que aparecem em idade muito precoce, mais especificamente antes dos três anos de idade. A comunicação é uma das áreas afetadas, com implicações na interação social e no uso da imaginação. Essas três alterações são conhecidas como a tríade de dificuldades responsáveis por definir padrões de comportamento limitado e repetitivo (FREITAS, 2013).

Essa definição é relacionada

- A) à Deficiência Múltipla.
 - B) à Síndrome de Down.
 - C) ao Transtorno do Espectro Autista.
 - D) ao Transtorno Opositor Desafiador.
24. A Política Nacional de Educação Especial destaca as pessoas com altas habilidades/superdotação como aquelas que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade nos mais diversos aspectos e capacidades humanas, sejam elas isoladas ou combinadas. Sobre as diferentes formas de revelação das altas habilidades/superdotação é correto afirmar que
- A) o **tipo intelectual** é aquela pessoa que possui flexibilidade e fluência de pensamento, alta capacidade em realizar pensamentos abstratos para fazer associações, tem memória elevada e capacidade de resolver e lidar com problemas.
 - B) o **tipo psicomotor** demonstra capacidade de liderança, de cooperação, sensibilidade, sociabilidade, de ser interpessoal, diplomático e de resolver seus problemas e dos outros.
 - C) o **tipo social** revela que a pessoa possui originalidade, imaginação, criatividade para resolver problemas, sentimento de desafio diante de dificuldade e facilidade de se expressar.
 - D) o **tipo talento especial** refere-se a um estudante com alta aptidão acadêmica, atenção, memória, concentração, rapidez no aprendizado, além de motivação pelas disciplinas de seu interesse.
25. É uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão. Essa descrição refere-se
- A) à sala de recursos multifuncionais.
 - B) ao plano educacional especializado.
 - C) ao processo de adaptação curricular.
 - D) à tecnologia assistiva.

26. Monoplegia, Hemiplegia, Paraplegia, Tetraplegia, Diplegia são exemplos de deficiência

- A) física.
- B) mental.
- C) múltipla.
- D) visual.

27. Analise as definições:

I – É um recurso pedagógico com foco individualizado no estudante e tem por finalidade otimizar o processo de ensino e aprendizagem de pessoas com deficiência ou outras especificidades.

II – É um registro das adaptações curriculares e metodológicas individualizadas que são necessárias para o estudante alcançar as expectativas de aprendizagem definidas para ele, no qual deve haver registro dos conhecimentos e habilidades prévias que identificam o repertório de partida, acompanhamento da evolução em direção aos objetivos, e definição de traços para novas estratégias de ensino e aprendizagem.

III – É uma proposta pedagógica compartilhada, que deve ser construída de forma colaborativa pelos profissionais da instituição de ensino, profissionais das salas de recursos multifuncionais e correlatas, pais e/ou responsáveis e, quando possível, pelo próprio estudante.

A opção correta em relação a essas definições é:

- A) I, II e III referem-se ao projeto político e pedagógico institucional de uma escola que atende estudantes público-alvo da educação especial.
- B) I, II e III referem-se ao plano de atendimento educacional especializado, documento pertinente à vida escolar do estudante público-alvo da educação especial.
- C) I refere-se ao reglete, material utilizado pelos cegos; II diz respeito ao Portfólio como instrumento de avaliação; e III refere-se ao Projeto Pedagógico das salas multifuncionais.
- D) I refere-se ao alfabeto em Libras utilizado pelos surdos; II diz respeito à combinação de dois documentos - o requerimento de matrícula e o certificado de conclusão do estudante público-alvo da educação especial; e III refere-se ao plano de ações das salas de recursos multifuncionais articulados no calendário escolar.

28. Os materiais didáticos são de fundamental importância para a educação. Na educação especial de deficientes visuais, os recursos didáticos podem ser obtidos por uma das três seguintes formas:

- A) aceitação, significação tátil e fidelidade.
- B) fatura, variação e significados.
- C) seleção, adaptação e confecção.
- D) tamanho, resistência e segurança.

29. A Sala de Recurso Multifuncional, no contexto da educação escolar, de forma particular, na educação especial, tem sido uma das formas prioritárias de organização

- A) da certificação de conhecimentos.
- B) do atendimento educacional especializado.
- C) do centro de aprendizagem.
- D) do diagnóstico da deficiência.

30. No cerne das discussões contemporâneas acerca da inclusão escolar, à luz da vertente pedagógica progressista, a valorização e as possibilidades da diversidade conformam as finalidades da ação didática. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem é situada no contexto da educação especial. Sobre essa questão, é correto afirmar que
- A) a avaliação da aprendizagem caracteriza-se como processo contínuo e interventivo, possibilitando identificar o que o aluno é capaz de realizar em sala de aula e fora dela, com ou sem apoios necessários para o enfrentamento e a superação das dificuldades escolares.
 - B) a avaliação da aprendizagem deve ser empregada, unicamente, para fins de identificação da deficiência e encaminhamento para serviços especializados, com base no critério do não aprender, indicando o sucesso ou o fracasso escolar.
 - C) a avaliação da aprendizagem, no âmbito da educação especial, sobretudo de alunos com deficiência intelectual, deve priorizar situações que se conectem à impossibilidade gerada pela condição da deficiência, e não às possibilidades de aprendizagens do aluno.
 - D) a avaliação processual não se mostra eficaz no acompanhamento pedagógico, por considerar as diferentes respostas dos alunos no curso das atividades desenvolvidas durante as aulas, dificultando que se perceba a efetividade do planejamento educacional construído para aquele grupo de alunos.